

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA

EDITAL Nº 008/2015 - CONCURSO PÚBLICO

MATUTINO 05/07/2015
NÍVEL SUPERIOR

PROVA OBJETIVA
CARGO: PEDAGOGO

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição e o cargo para o qual se inscreveu.
2. Assine seu cartão-resposta.
3. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
4. O cartão-resposta não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
5. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica azul (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
6. Sua prova tem **40** questões, com **4** alternativas.
7. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, **o fiscal** não poderá fazer nenhuma interferência.
8. A prova será realizada com duração máxima de **3 (três) horas**, incluído o tempo para a realização da Prova Objetiva e o preenchimento do cartão-resposta.
9. O candidato poderá retirar-se do local de realização das provas somente **1 (uma) hora** após o seu início, sem levar o caderno de provas.
10. O candidato poderá levar o caderno de provas, assim como anotação contendo transcrição do seu cartão-resposta, somente **1h30min** (uma hora e trinta) após o início da realização das provas.
11. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido e assinado.
12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após o fechamento do envelope, contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes, e assinarem no lacre do referido envelope, atestando em ata que este foi devidamente lacrado.
13. Durante todo o tempo em que permanecer no local onde está ocorrendo o concurso, o candidato deverá, manter o celular desligado e sem bateria, só sendo permitido ligar depois de ultrapassar o portão de saída do prédio.
14. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às próximas cinco questões:

Língua portuguesa se adapta às circunstâncias e situações diárias

Pernambuco é um dos principais estados do Nordeste. Só no ano passado, 4,7 milhões turistas passaram pelo estado, segundo dados da Secretaria de Turismo. Os visitantes vieram de vários lugares do país e de vários sotaques e expressões. Entre os falantes do português, as variações linguísticas são notáveis, mas nada que impeça a comunicação. No projeto Educação desta sexta-feira (28), o professor Vicente Santos falou sobre o assunto.

“Eu costumo dizer que nós somos políglotas na própria língua. Falamos a nossa língua de várias maneiras diferentes, depende das circunstâncias. Se vou ao Rio Grande do Sul, já vou ouvir falar diferente na rua, as pessoas têm uma linguagem própria, tem o “tchê”; em Minas, tem “uai”. Aqui, temos o “oxe”. Enfim, são variações regionais que ocorrem em qualquer língua e na nossa também”, comentou o professor.

O importante é não se ter preconceito linguístico e admitir que há muitos falares na língua portuguesa. Por exemplo, dependendo da situação, é preciso usar uma linguagem mais formal. “Um juiz já requer certa formalidade. Existe um linguajar próprio. Você não vai se dirigir a um juiz como se dirige a um filho ou qualquer coisa assim. Eles têm uma situação totalmente diferente”, ilustrou o veterinário Edvaldo de Araújo.

Outra situação em que a formalidade está presente é no tratamento entre um recepcionista de hotel e um hóspede. A conversa normalmente é marcada pelo uso de “senhor” ou “senhora”. “A gente evita que o funcionário traga para o seu dia a dia a linguagem praticada em sua casa. Então o atendimento do recepcionista que está sempre em contato com o cliente tem que ser realmente o mais formal possível”, disse o gerente de hotel Sérgio Paraíso.

O uso da linguagem deve ser feita como as regras de convivência, por exemplo. Para isso, é necessário ter bom senso. “Eu costumo dizer que você não vai a um casamento de bermuda e camiseta e também não vai à praia de paletó e gravata. Então existe a hora da formalidade e da informalidade”, contou o professor Vicente Santos.

No dia a dia também é possível perceber essas variações linguísticas. Na feira, a laranja cravo pode ser tangerina ou mexerica. O aipim vira macaxeira; e a abóbora, jerimum. Na hora de escrever, geralmente as pessoas ficam atentas à norma culta. “A gente procura colocar como se escreve mesmo, porque é mais correto. Você botar num estabelecimento uma coisa errada fica até uma coisa esquisita”, disse a comerciante Bradini Torres.

Mas o que une o povo brasileiro, na verdade, é a norma culta. “Estou no Rio Grande do Sul e leio o jornal sem nenhum problema, Entendo tudo. O gaúcho está no Recife, lê o nosso jornal e entende perfeitamente. Porque a norma padrão está ali presente, ela nos une”, finalizou Vicente Santos.

Fonte: <http://g1.globo.com/pernambuco/vestibular-e-educacao/noticia/2014/08/lingua-portuguesa-se-adapta-circunstancias-e-situacoes-diarias.html>. Acesso em: 25 maio 2015.

01. O texto trata das diversas formas de utilizar a língua portuguesa, bem como cita exemplos de variações linguísticas em várias situações de uso. Quanto às informações presentes no texto, é correto afirmar que:

- a) Já que temos uma norma culta/padrão, são inadequados outros usos da língua portuguesa em quaisquer situações.
- b) Apesar de haver variação linguística, o certo é usar a norma padrão em todas as situações, sob pena de não sermos compreendidos.
- c) Pessoas de baixa escolaridade e idosos cometem mais erros gramaticais, assim como os nordestinos.
- d) A convivência vai dosar a quantidade de formalidade e informalidade na interação e se deve ter bom senso para escolher a variação linguística mais adequada, de acordo com a situação.

02. O texto cita alguns exemplos de variação linguística em vários âmbitos. De acordo com o apresentado no texto e seus conhecimentos, assinale a alternativa que relaciona corretamente as colunas:

- | | |
|------------------------------|--------------------------|
| I. Oxe, tchê | i. pronomes |
| II. Senhor, Senhora | ii. Sinônimos |
| III. Abóbora, jerimum | iii. Interjeições |

- a) I-iii; II-i; III-ii.
- b) I-ii; II-iii; III-i.
- c) I-iii; II-ii; III-i.
- d) I-i; II-iii; III-ii.

03. Lê-se que o entrevistado afirma que o mais importante é não ter preconceito linguístico. De acordo com essa afirmação, assinale a alternativa que apresenta sentença que a contradiz:

- a) “O uso da linguagem deve ser feita como as regras de convivência, por exemplo”.
- b) “Porque a norma padrão está ali presente, ela nos une”.
- c) “A gente evita que o funcionário traga para o seu dia a dia a linguagem praticada em sua casa”.
- d) “Os visitantes vieram de vários lugares do país e de vários sotaques e expressões”.

04. As figuras de linguagem são recursos utilizados para enriquecer a escrita de um texto e seu uso exige conhecimento do autor e do leitor para que elas surtam o efeito de sentido pensado. Quanto ao tema, assinale a alternativa que associa corretamente exemplo e figura de linguagem:

- a) *Você não vai se dirigir a um juiz como se dirige a um filho*: metáfora.
- b) *O uso da linguagem deve ser feita como as regras de convivência, por exemplo*: eufemismo.
- c) *O importante é não se ter preconceito linguístico*: antítese.
- d) *O aipim vira macaxeira*: prosopopeia.

05. Sabemos que as funções sintáticas podem ser desempenhadas por orações inteiras, situação que ocorre nos períodos compostos por subordinação, bem como as orações podem estar unidas sem relação de dependência, como no caso dos períodos compostos por coordenação. Quanto ao tema, assinale a alternativa que apresenta uma análise incorreta:

- a) *Eu costumo dizer que nós somos políglotas na própria língua*: oração subordinada substantiva subjetiva.
- b) *O gaúcho está no Recife, lê o nosso jornal e entende perfeitamente*: período composto por coordenação.
- c) *A gente evita que o funcionário traga para o seu dia a dia a linguagem praticada em sua casa*: oração subordinada substantiva objetiva direta.
- d) *Se vou ao Rio Grande do Sul, já vou ouvir falar diferente na rua*: oração subordinada adverbial condicional.

Leia o texto a seguir para responder às próximas três perguntas.



Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://vozdeareiabranca.com.br/wp-content/uploads/2012/12/charge-de-natal.jpg&imgrefurl=http://vozdeareiabranca.com.br/category/charges/&h=642&w=800&tbnid=DXLo9MoMibinMM:&zoom=1&docid=2VHLjzgc5dLOEM&ei=eIBbVaygFMaVNubXgaAN&tbm=isch&ved=0CD8QMygOMA4&biw=1366&bih=653>. Acesso em: 22 maio 2015.

06. Sabemos que a imprensa utiliza, com muito sucesso, a sátira para chamar a atenção dos leitores para várias situações, inclusive cotidianas. O texto acima é bastante utilizado na mídia impressa e virtual, mas se assemelha também a outros gêneros textuais. Trata-se de:

- a) Uma caricatura.
- b) Um cartum.
- c) Uma tirinha.
- d) Uma história em quadrinhos.

07. A ironia é um recurso que chama a atenção nesse gênero textual, conseguida, muitas vezes, a partir da união entre o texto verbal e o não verbal. Na conversa entre as amigas, a ironia dá-se:

- a) Pelo desconhecimento da joia por parte da amiga, que precisou pegar na mão da presenteada.
- b) Pela forma com que foi pronunciada a última sentença do primeiro balão, causando ambiguidade.
- c) Pela resposta presente no segundo balão, que não poderia ser proferida por não dizer respeito à pergunta feita em nenhuma situação.
- d) Pelo fato de a amiga não saber que a presenteada era casada.

08. De acordo com as normas que regem a pontuação e sua obrigatoriedade para identificar funções sintáticas específicas, há erro na sentença representada na alternativa:

- a) Nossa amiga!
- b) É diamante?
- c) Não...
- d) Do meu marido mesmo!

RACIOCÍNIO LÓGICO

09. Assinale alternativa que possua um argumento válido.

- a) Premissas: Todos os atletas gostam de jogar futebol.
Pedro não é atleta.
Conclusão: Portanto, Pedro não gosta de jogar futebol.
- b) Premissas: Todos os atletas praticam exercícios físicos diariamente.
Mateus pratica exercício físico diariamente.
Conclusão: Portanto, Mateus é um atleta.
- c) Premissas: Se um jovem é atleta, então ele é inteligente.
Caio não é atleta.
Conclusão: Portanto, Caio não é inteligente.
- d) Premissas: Todos os atletas são saudáveis.
Nenhuma pessoa saudável é fumante.
Conclusão: Portanto, nenhum atleta é fumante.

10. Numa pesquisa sobre tinta para coloração de cabelos, foram entrevistadas 500 mulheres. Dessas, 70 nunca haviam utilizado nenhum tipo de tinta, 250 já haviam utilizado tinta da cor castanha e 350 já haviam utilizado tintura da cor loira. Quantas mulheres haviam utilizado somente uma cor de tinta?

- a) 100
b) 260
c) 430
d) 600

11. Analisando a sucessão: 11, 28, 327, 464, _____. Podemos concluir que o próximo termo dela será:

- a) 525
b) 601
c) 791
d) 5125

12. Se não danço zumba, danço axé. Se estou triste, danço zumba. Se danço zumba, não estou triste. Se não estou triste, não danço axé. Logo,

- a) Danço zumba, estou triste e não danço axé.
b) Não danço zumba, estou triste e danço axé.
c) Danço zumba, não estou triste e não danço axé.
d) Não danço zumba, estou triste e não danço axé.

13. Considere as seguintes proposições:

I. Nenhum cachorro é um animal racional.

II. Raul é um ser humano.

III. Todos os seres humanos são animais racionais.

Com base somente nas três proposições dadas e supondo-as verdadeiras, podemos afirmar que:

- a) Raul é um animal racional.
b) Alguns cachorros são animais racionais.
c) Alguns cachorros são seres humanos.
d) Raul é um cachorro.

CONHECIMENTOS GERAIS

De acordo com o que dispõe o Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira/RJ, responda às próximas três questões.

14. O art. 2º da Lei nº 1.759, de 10 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a organização do Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira/RJ, estabelece: "O Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira, _____, será mantido pelo Município, _____

e pelos seus segurados ativos, inativos e pensionistas nos termos desta Lei".

Marque a alternativa que completa corretamente o referido artigo.

- a) de caráter contributivo e de filiação obrigatória / através dos órgãos do Poder Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município
- b) de caráter contributivo e de filiação obrigatória / através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município
- c) de caráter contributivo e de filiação obrigatória / será gerido por uma diretoria composta por representantes dos Poderes Legislativo e Executivo
- d) de caráter contributivo e de filiação opcional / através dos órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo, inclusive pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Município

15. Atribua C para as assertivas corretas e E para as erradas, depois assinale a alternativa verdadeira.

() Permanece filiado ao regime previdenciário de que trata a Lei nº 1.759/2001, na qualidade de segurado, o servidor ativo titular de cargo efetivo que estiver cedido para outro órgão ou entidade da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

() Na hipótese de licenças ou ausências que importem em redução da base de cálculo das contribuições do servidor, considerar-se-á o valor que lhe seria devido caso não se verificassem as licenças ou ausências, na forma do disposto no art. 13 da Lei nº 1.759/2001.

() Na hipótese de acúmulo legal de cargos, o tempo de contribuição referente a cada cargo será computado isoladamente, sendo permitida a contagem do tempo anterior a que se refere o art. 14 da Lei nº 1.759/2001, para os dois cargos.

- a) C, C, E.
- b) C, C, C.
- c) E, C, C.
- d) C, E, C.

16. O regime de previdência social de que trata a Lei nº 1.759/2001 compreende as seguintes prestações, quanto ao segurado:

1. Aposentadoria por invalidez;
2. Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
3. Aposentadoria voluntária por implemento de idade;
4. Aposentadoria compulsória;
5. Pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.

É correto que se apresenta apenas nos itens:

- a) 2, 3 e 5.
- b) 2, 4 e 5.
- c) 1, 2, 3 e 4.
- d) 1, 4 e 5.

Conforme a Lei Complementar nº 038, de 28 de janeiro de 1998, que dispõe sobre a Reforma do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Miguel Pereira/RS, responda às próximas três questões.

17. Analise as alternativas e aponte a correta.

- a) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade do Prefeito Municipal.
- b) Progressão é a passagem do servidor de um nível para o seguinte dentro da mesma categoria e mesmo cargo.
- c) Se julgado incapaz para o serviço público, o servidor será exonerado.
- d) A mudança do servidor de um grau a outro far-se-á por merecimento e antiguidade, de acordo com o que dispuser o Plano de Cargos e Carreiras Municipal.

18. Qual alternativa completa respectivamente as lacunas?

A posse ocorrerá no prazo de _____ dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogados por mais _____ dias, a requerimento do interessado.

- a) trinta / quinze
- b) quinze / quinze
- c) quinze / sete
- d) trinta / trinta

19. Analise as assertivas e marque a alternativa correta.

1. A Progressão Funcional de uma referência para outra ocorrerá conforme dispuser o Plano de Cargos e Carreiras Municipal, desde que atendidos, concomitantemente os seguintes requisitos: a) a cada cinco anos de efetivo exercício no mesmo nível do cargo ocupado pelo servidor; obtenção de graus máximos na Avaliação de Desempenho durante o período referido no requisito anterior.

2. Configurar-se-á abandono de cargo, apurado mediante inquérito administrativo, a não assunção do exercício do cargo no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

3. A apuração do tempo de serviço será feita em meses, que serão convertidos em anos.

- a) São verdadeiros os itens 1, 2 e 3.
- b) São verdadeiros os itens 1 e 2, somente.
- c) É verdadeiro o item 2, somente.
- d) É verdadeiro o item 3, somente.

20. À luz da Lei Orgânica do Município de Miguel Pereira/RJ, atribua C para a assertiva certa e E para a errada e marque a alternativa verdadeira.

() É uma competência privativamente da Câmara Municipal tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, no prazo de, no máximo, trinta dias de seu recebimento.

() Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas palavras, opiniões e votos.

() O Vereador poderá licenciar-se para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse noventa dias por sessão legislativa.

() O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa. Solicitada a urgência, a Câmara deverá manifestar-se em até quinze dias, dada a relevância da matéria.

- a) E, C, E, E.
- b) C, E, C, C.
- c) C, C, E, E.
- d) C, C, C, C.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O art. 214 da Constituição Federal/88 determina que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades (...)”. Em cumprimento a esse disposto, o Plano Nacional de Educação foi aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência de

- a) 2 anos.
- b) 8 anos.
- c) 10 anos.
- d) 4 anos.

22. No que tange ao Plano Nacional de Educação, qual das assertivas a seguir são verdadeiras?

I - A Emenda Constitucional nº 59/2009 mudou a condição do Plano Nacional de Educação, que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para uma exigência constitucional com periodicidade decenal.

II - O Plano Nacional de Educação passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento.

III - O Plano Nacional de Educação deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.

- a) Apenas I e III.
- b) I, II e III.
- c) Apenas II e III.
- d) Apenas I e II.

“Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida. A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos”. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (1ª A 4ª SÉRIE - Brasília: MEC/SEF, 1997).

No que tange à Interdisciplinaridade e Transversalidade, responda às próximas quatro questões.

23. “O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política”. Com essa ótica, analise as assertivas e marque a alternativa verdadeira.

1. A problemática dos Temas Transversais atravessa os diferentes campos do conhecimento.
 2. A relação entre os Temas Transversais e as áreas deve se dar de forma que: as diferentes áreas contemplem os objetivos e os conteúdos que os temas da convivência social propõem; haja momentos em que as questões relativas aos temas sejam explicitamente trabalhadas e conteúdos de campos e origens diferentes sejam colocados na perspectiva de respondê-las.
 3. O trabalho com a proposta da transversalidade, dentre outros, assim se define: os temas não constituem novas áreas, pressupondo um tratamento integrado nas diferentes áreas.
 4. A interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática.
- a) É correto o que se afirma nos itens 1, 2, 3 e 4.
 - b) É correto o que se afirma apenas nos itens 3 e 4.
 - c) É correto o que se afirma apenas nos itens 1, 3 e 4.
 - d) É correto o que se afirma apenas nos itens 1, 2 e 3.

24. Atribua V ao item verdadeiro e F ao falso, depois marque a alternativa que faz a correspondência correta.

I - A transversalidade e interdisciplinaridade se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado.

II - A interdisciplinaridade não questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento, produzida por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação entre eles.

III - A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade).

a) V, V, F.

b) F, V, V.

c) V, F, V.

d) V, V, V.

25. Analise os itens a seguir:

(i) A compreensão das questões sociais, o pensar sobre elas, analisá-las, fazer proposições e avaliar alternativas exigem a capacidade de representar informações e relacioná-las.

(ii) Embora a transversalidade implique que os conteúdos dos Temas Transversais sejam contemplados pelas áreas e não configurem um aprendizado à parte delas, todos os temas têm, explicitados em seus documentos, o conjunto de conceitos, procedimentos, atitudes e valores a serem ensinados e aprendidos.

(iii) A organização dos conteúdos em torno de projetos, como forma de desenvolver atividades de ensino e aprendizagem, favorece a compreensão da multiplicidade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento.

(iv) A relação educativa é uma relação política, por isso a questão da democracia se apresenta para a escola da mesma forma que se apresenta para a sociedade. Essa relação se define na vivência da escolaridade em sua forma mais ampla, desde a estrutura escolar, em como a escola se insere e se relaciona com a comunidade, nas relações entre os trabalhadores da escola, na distribuição de responsabilidades e poder decisório, nas relações entre professor e aluno, na relação com o conhecimento.

É correto o que está posto nos itens:

a) (ii), (iii), (iv), somente.

b) (i), (ii), (iii), (iv).

c) (i), (ii), (iii), somente.

d) (i), (iii), (iv), somente.

26. O trabalho com a proposta da transversalidade se define em torno de quatro pontos:

1. Os temas constituem novas áreas de conhecimento, pressupondo um tratamento integrado entre elas;

2. A proposta de transversalidade traz a necessidade de a escola refletir e atuar conscientemente na educação de valores e atitudes em todas as áreas, garantindo que a perspectiva político-social se expresse no direcionamento do trabalho pedagógico; influencia a definição de objetivos educacionais e orienta eticamente as questões epistemológicas mais gerais das áreas, seus conteúdos e, mesmo, as orientações didáticas;

3. A perspectiva transversal aponta uma transformação da prática pedagógica, pois rompe a limitação da atuação dos professores às atividades formais e amplia a sua responsabilidade com a formação dos alunos. Os Temas Transversais permeiam necessariamente toda a prática educativa que abarca relações entre os alunos, entre professores e alunos e entre diferentes membros da comunidade escolar;

4. A inclusão dos temas implica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas. Por exemplo, se é desejável que os alunos desenvolvam uma postura de respeito às diferenças, é fundamental que isso seja tratado desde o início da escolaridade e continue sendo tratado cada vez com maiores possibilidades de reflexão, compreensão e autonomia. Muitas vezes essas questões são vistas como sendo da “natureza” dos alunos (eles são ou não são respeitosos), ou atribuídas ao fato de terem tido ou não essa educação em casa. Outras vezes são vistas como aprendizados possíveis somente quando jovens (maiores) ou quando adultos. Sabe-se, entretanto, que é um processo de aprendizagem que precisa de atenção durante toda a escolaridade e a contribuição da educação escolar é de natureza complementar à familiar: não se excluem nem se dispensam mutuamente.

Podemos afirmar que são verdadeiros apenas os itens:

a) 1, 3 e 4.

b) 1, 2 e 3.

c) 2 e 4.

d) 2, 3 e 4.

27. “É preciso ter clareza dos objetivos que pretendemos alcançar quando estamos avaliando. Outro aspecto importante é que a avaliação deve ser contínua(processual), pois, ao avaliar o processo de aprendizagem, frequentemente, o professor pode diagnosticar aspectos que precisam ser melhorados, podendo, assim, intervir na sua própria prática ou nos fatores que estão interferindo nos resultados.

A avaliação também deve ser bem planejada e articulada com os objetivos propostos no processo de ensino aprendizagem, ou seja, deve ser coerente com os resultados que pretendemos alcançar.”

(Disponível em <http://www.moodle.ufba.br>).

No que tange ao tema avaliação, leia as seguintes assertivas e marque a alternativa correta.

1. “A avaliação está vinculada ao que o professor considera conhecimento válido, útil, desejável e ao que o professor considera ser o processo de construção desse conhecimento”.
 2. “A tomada de decisões sobre a perspectiva de avaliação a ser realizada pela escola deve ser um processo coletivo, e, nesse sentido, interessa a toda comunidade escolar, inclusive à equipe gestora”.
 3. “A avaliação, como componente do processo de ensino-aprendizagem, deve se configurar como instrumento motivador desse processo”.
 4. “O objetivo da avaliação depende da finalidade da educação e do conceito de ensino”.
 5. A avaliação serve para “melhorar as condições e subsidiar o curso da ação didática a cada etapa do processo, ou seja, corrigir distorções, indicar possibilidades, modificar estratégias”.
- a) São corretos os itens 1, 4 e 5, somente.
 - b) São corretos os itens 1, 2, 3 e 5, somente.
 - c) São corretos os itens 1, 3 e 5, somente.
 - d) São corretos os itens 1, 2, 3, 4 e 5.

28. Na Tendência Progressista Libertária, a aprendizagem

- a) é receptiva e mecânica, sem se considerar as características próprias de cada idade.
- b) é baseada na motivação e na estimulação de problemas.
- c) é baseada nas estruturas cognitivas já estruturadas nos alunos.
- d) prima pela valorização da vivência cotidiana.

29. À luz da Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, marque a alternativa incorreta.

- a) Os territórios etnoeducacionais estão ligados a um modelo de gestão das políticas educacionais indígenas pautado pelas ideias de territorialidade, protagonismo indígena, interculturalidade na promoção do diálogo entre povos indígenas, sistemas de ensino e demais instituições envolvidas, bem como pelo aperfeiçoamento do regime de colaboração.
- b) Constituem objetivos da Educação Escolar Indígena proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos: (1) a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; (2) a centralidade do território para o bem viver dos povos indígenas e para seus processos formativos e, portanto, a localização das escolas em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos.
- c) Na organização da escola indígena deverá ser considerada a participação de representantes da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão, bem como suas práticas socioculturais, religiosas e econômicas, dentre outros.
- d) Os saberes e práticas indígenas devem ancorar o acesso a outros conhecimentos, de modo a valorizar os modos próprios de conhecer, investigar e sistematizar de cada povo indígena, valorizando a oralidade e a história indígena.

30. De acordo com a Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os planos de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, coerentes com os respectivos projetos político pedagógicos, são submetidos à aprovação da Comissão Executiva Nacional do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CONAC).
- b) O itinerário formativo contempla a sequência das possibilidades articuláveis da oferta de cursos de Educação Profissional, programado a partir de estudos quanto aos itinerários de profissionalização no mundo do trabalho, à estrutura sócio-ocupacional e aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços, o qual orienta e configura uma trajetória educacional consistente.
- c) É um princípio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem.
- d) A Educação Profissional Técnica de Nível Médio possibilita a avaliação, o reconhecimento e a certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

31. A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações políticopedagógicas pelos seguintes princípios, dentre outros:

- I - respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;
- II - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;
- III- promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- IV - zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais.

Dentre os itens aqui relacionados, qual não é um princípio da Educação Escolar Quilombola?

- a) I
- b) II
- c) III
- d) IV

A Resolução nº 1, de 23 de janeiro 2012, atende aos mandamentos da Constituição Federal em seu parágrafo único do art. 23 e art. 211, bem como aos arts. 8º e 9º da LDB, visando ao regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tratando da implementação de Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para assegurar o direito à educação de qualidade em determinado território, bem como para contribuir na estruturação e aceleração de um sistema nacional de educação.

Sobre o que estabelece essa Resolução, responda às próximas duas questões.

32. Leia as assertivas e assinale a incorreta.

- a) O ADE é uma forma de colaboração territorial basicamente vertical, instituída entre entes federados, visando assegurar o direito à educação de qualidade e ao seu desenvolvimento territorial e geopolítico.
- b) A descentralização e o fortalecimento da cooperação e associativismo entre os entes federados contribuem para as ações visando à eliminação ou redução das desigualdades regionais e intermunicipais em relação à Educação Básica, observadas as atribuições definidas no art. 11 da LDB.
- c) A forma e a metodologia para constituição, estruturação e funcionamento do ADE devem atender aos diferentes contextos, cabendo aos entes federados a tarefa de, considerando os aspectos essenciais para seu sucesso, adaptar o preconizado às condições locais, valorizando as potencialidades existentes.
- d) Devem ser estabelecidos com clareza os papéis e responsabilidades dos integrantes do ADE, para ser garantida a coerência entre as ações e para permitir o acompanhamento e responsabilização de cada um.

33. A estruturação de um Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) exige, dentre outros:

1. motivação para um trabalho coletivo, em colaboração, evitando as indesejáveis sobreposições de esforços;
2. identificação das instituições e organizações educacionais que atuam na área territorial comum;
3. identificação dos indicadores educacionais mais relevantes para melhorar a qualidade social da Educação;
4. incentivação de mecanismos de atuação na busca por recursos para prestação associada de serviços.

Não é correto o item:

- a) 3
- b) 1
- c) 4
- d) 2

O CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO normatiza Políticas Educacionais Brasileiras. Sobre essas Políticas, responda às próximas duas questões.

34. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio foram instituídas pela Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015. De acordo com essa política, analise as alternativas e assinale a incorreta.

- a) A articulação dos diversos espaços formativos, tais como a comunidade, o movimento indígena, a família e a escola, é um dos princípios da formação de professores indígenas.
- b) Fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de gestão de acordo com os interesses de escolarização dos diferentes povos e comunidades indígenas, é um dos objetivos dos cursos destinados à formação de professores indígenas.
- c) Os sábios, os “mais velhos” e as lideranças políticas podem atuar como formadores, cabendo às instituições formadoras a adoção de estratégias específicas identificadas para este fim.
- d) As secretarias de educação e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia são os responsáveis pela formação dos professores indígenas para atuação nos cursos de educação profissional técnica de Nível Superior.

35. A Resolução nº 1, de 3 de dezembro de 2013, define normas para declaração de validade de documentos escolares emitidos por escolas de Educação Básica que atendem a cidadãos brasileiros residentes no exterior. Qual alternativa não está em conformidade com essa Resolução?

- a) A Educação a Distância será utilizada apenas como complementação de aprendizagem nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio cursadas regularmente, na idade própria, tendo em vista a necessidade social de integração das crianças na cultura e na língua locais.
- b) As condições estabelecidas no artigo 3º da Resolução nº 1/2013 deverão ser comprovadas e instruídas com a devida documentação, quando do envio à apreciação da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por intermédio dos órgãos próprios do Ministério da Educação, mediados pela Embaixada do Brasil no respectivo país.

c) Os estabelecimentos que foram credenciados pelas Secretarias Estaduais de Educação com o objetivo de validação de documentos escolares, para fins de continuidade de estudos em território brasileiro, poderão perder este credenciamento, a partir do momento em que for constatada qualquer alteração no atendimento dos mesmos que possa trazer prejuízo para os seus alunos.

d) A entidade mantenedora do estabelecimento que atender educacionalmente a cidadãos brasileiros residentes no exterior assumirá total responsabilidade pelo seu funcionamento no respectivo país, em obediência à legislação civil, fiscal, penal, trabalhista e de seguridade social desse mesmo país.

36. O Parfor, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. O Programa fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de:

I. Licenciatura – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que mesmo tendo essa formação se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atua em sala de aula;

II. Segunda licenciatura – para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que atuem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica;

III. Formação pedagógica – para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica.

Sobre esse Programa, é correto o que se afirma nos itens:

a) I, II e III.

b) I e III, somente.

c) II e III, somente.

d) I e II, somente.

37. À luz da Resolução nº 3, de 16 de maio 2012, que define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, analise os itens e assinale a alternativa verdadeira.

(i) A instituição de educação deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

(ii) A instituição de ensino deverá realizar avaliação diagnóstica do desenvolvimento e da aprendizagem desse estudante, mediante acompanhamento e supervisão adequados às suas necessidades de aprendizagem.

(iii) A instituição de educação deverá oferecer atividades complementares para assegurar as condições necessárias e suficientes para a aprendizagem dessas crianças, adolescentes e jovens.

a) É correto apenas o item (ii).

b) São corretos apenas os itens (ii) e (iii).

c) São corretos os itens (i), (ii) e (iii).

d) São corretos apenas os itens (i) e (ii).

38. Conforme o art. 3º da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se em princípios.

Dentre os princípios a seguir, qual não faz parte desse artigo?

a) Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

b) Democracia na educação.

c) Formação de uma consciência cidadã.

d) Transversalidade, vivência e globalidade.

39. Qual alternativa não atende ao disposto na Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental?

a) A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com o mundo do trabalho.

b) A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

c) Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental.

d) Nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética socioambiental das atividades profissionais.

40. “O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior” (art. 15 da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012).

§ 1º - A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior.

§ 2º - O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.

§ 3º - O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

§ 4º - A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental.

Qual parágrafo não faz parte do referido artigo?

- a) § 1º
- b) § 2º
- c) § 3º
- d) § 4º

RASCUNHO